



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



Faculdade de Ciências Humanas
Licenciatura em História

Marcio André Barros da Luz

RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Campo Grande – MS
2023



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



Faculdade de Ciências Humanas
Licenciatura em História

Márcio André Barros da Luz

RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Relatório apresentado como requisito parcial para obtenção da aprovação nas Atividades Complementares do curso de História da Faculdade de Ciências Humanas, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Professor Orientador: Dr. Carlos Batista Prado

Campo Grande – MS
2023

SUMÁRIO

Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	4
2. DESENVOLVIMENTO	5
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS	15
4. REFÊNCIAS DOCUMENTAIS E BIBLIOGRÁFICAS	16

1. INTRODUÇÃO

Neste relatório temos o objetivo desenvolver algumas considerações sobre o Historicismo, serão apresentados os resultados relativos às Atividades Orientadas de Ensino, realizado no curso de licenciatura em História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), sob a orientação da prof. Dr. Carlos Batista Prado

2. DESENVOLVIMENTO

A proposta é realizar um estudo sobre Teoria da História, com enfoque no Historicismo alemão, elementos fundamentais na compreensão do nacionalismo. Para isso foi proposto pelo prof. Carlos Prado a leitura e fichamento de uma série de textos, que serão apresentados ao longo desse relatório.

Primeiramente, faz-se necessário conceituar o Historicismo como definição por si própria. Segundo Gaio (2007), o conceito historicismo reúne significados múltiplos e discordantes, sinal não apenas de um problema de tradução da palavra *historismus* de sua língua original para o português, mas, sobretudo, de sua complicada historicidade. Tal conceito não comporta apenas atitudes intelectuais diversas, como também a própria história destes posicionamentos.

O principal referencial teórico para início ao pensamento do Historicismo foi o pensador alemão Wilhelm Dilthey (1833 - 1911), que apontava existir diferenças entre o homem e a natureza, ou seja, entre o que a filosofia denomina de ciências humanas e naturais. Seguindo a linha de pensamento historicista, os fatos possuem valores iguais que necessitam de compreensão simultânea. Sendo assim, é necessário se considerar as particularidades históricas como etapas ou fases de desenvolvimento do ser humano de uma forma mais ampla, havendo consequência direta que é o estabelecimento do progresso.

Segundo Linhares e Queiroz (2016), o historicismo necessita ser compreendido dentro do seu contexto, ou seja, tem seus significados transformados e apropriados de formas diferentes ao longo do tempo. Esse paradigma foi então, estruturado durante o século XIX recebendo influências de diversos autores, podemos citar entre eles, no século XVIII, Droysen, Dilthey e, seu maior expoente, Leopold Von Ranke que se preocupavam com a relatividade das sociedades humanas.

Fazendo-se distinção, considera-se os fatos: políticos; sociais; religiosos; econômicos; psíquicos; artísticos; técnicos. Nesse contexto, Gunter Sholtz, delimita cinco características que identificam o historicismo: 1) uma percepção histórica universal do mundo humano, ou historicismo genético; 2) uma filosofia da história capaz de atribuir ordem às transformações humanas, ou historicismo metafísico; 3) uma glorificação do passado e crítica

do presente, ou historicismo tradicionalista; 4) uma prática científica, ou historicismo metódico; 5) relativização de valores, ou historicismo ético.

Acompanhando o uso dessa classificação desde seu começo no Romantismo até a década de 20 de nosso século, deixando entre parênteses todas as nuances, podemos discernir cinco significados fundamentais que, todavia, raramente aparecem isoladamente; antes, eles, na maioria das vezes, se sobrepõem uns aos outros. O Historicismo pode, então, querer dizer o seguinte (Cf. SCHOLTZ 1974, pp. 1141-1147):

1. A transposição do modo histórico e genético de percepção para todos os fenômenos da cultura, isto é, uma percepção histórica universal do mundo humano, que, assim, aparece como histórico, como mundo historicamente determinado (algo já presente em F. Schlegel).

2. Filosofia da história, que procuram apreender a ordem e a racionalidade de toda a história, ou, ao menos, tentam imaginá-la; isto é, metafísica da história (assim diz o uso do conceito no meio do século XIX; de maneira programática em Ch. J. Braniss, de maneira crítica em R. Haym, em referência à filosofia de Hegel).

3. A visão retrospectiva e glorificadora do passado, e a preservação acompanhada da crítica a tudo que é novo. Ou seja: romantismo e tradicionalismo (como, por exemplo, em L. Feuerbach em sua crítica ao historiador Heinrich Leo).

4. A limitação da pesquisa histórica à coleta e estabelecimento de dados históricos, ou seja: positivismo e objetivismo históricos (como, por exemplo, R. Eucken sobre a tendência científica do século XIX).

5. A relativização de todos os sistemas de valores e de orientação a propósito dos fenômenos do passado no fluxo imprevisível da história, ou seja: relativismo histórico (como denotam muitos autores no início do século XX).

Sendo assim, para definirmos o historicismo, a melhor reflexão teórica foi feita, sem dúvida, pelo historiador alemão Johann Gustav Droysen (1808-1884). Geralmente, entende-se que o método historicista de conhecimento é também uma defesa do conhecimento histórico como uma simples cópia do passado. Nada mais errado. Pelo contrário: veremos que o método historicista é interpretativo.

Já um dos primeiros conceitos elucidados por Dilthey, corresponde ao conceito de “vivência” (erlebnis), que remete a unidade que entrelaça experiências aparentemente dispersas da vida, sendo que existe uma diferença entre essa e a experiência, onde a vivência articula-se e ganha sentido. O que para o autor, ganha sentido na poesia, sendo que a vida não é, como se pode pensar apressadamente, uma relação direta e entusiasmada com o mundo, um esquecimento de si, mas, pelo contrário, uma experiência profunda da unidade de si mesmo.

Neste sentido, o **idealismo** surge como uma corrente filosófica marcante do século XIX, presente na obra de Droysen, sendo um dos principais pensamentos do teórico. Para contextualizarmos mais, citaremos Morais (2019), que menciona a trajetória de Droysen:

Segundo o autor, Johann Gustav Droysen nasceu na Polônia em 1808, e mudou-se para Berlim em 1820, onde estudou filosofia e filologia clássica na Universidade de Berlim tendo tido oportunidade de ser aluno de Georg W. F. Hegel e August Bärckh. Então, após concluir seus estudos em Berlim, teve alguns trabalhos como traduzir e comentar dramas gregos de Ésquilo e Aristófanes, escrevendo uma biografia de Alexandre da Macedônia — obra em três volumes intitulada História do helenismo —, tento trabalhado também no ensino secundário. Em 1840, Droysen transferiu-se para Kiel, lugar onde se tornou professor efetivo da Universidade de Kiel. Por lá começou a estudar a História política de seu presente, atuando politicamente, produzindo textos como Conferências sobre as guerras da liberdade e, a exemplo de inúmeros historiadores do século XIX, exercendo o cargo de deputado na Assembleia Nacional Alemã, em Frankfurt, entre 1848 e 1849.

A partir de 1851, o historiador passou a lecionar na Universidade de Iena e, continuando envolvido com História política, onde iniciou a redação dos quatorze volumes inacabados de História da política prussiana, além de publicar os três volumes da biografia do comandante militar prussiano Conde Yorck von Wartenburg. Nessa época que Droysen iniciou os estudos de Teoria e Metodologia da História, ministrando cursos de Enciclopédia e Metodologia da História, entre 1857 e 1858. Em 1859, retornou como professor para a Universidade de Berlim ministrando os cursos de Enciclopédia e Metodologia da História se repetiram até aproximadamente a sua morte, em 1884. Esses cursos originaram, ainda em 1858, ao Manual de Teoria da História (Grundriss der Historik), texto difundido entre seus alunos e pares intelectuais que seria republicado com maior difusão no decorrer dos séculos XIX e XX (ASSIS, 2010, 2014a; BENTIVOGLIO, 2009).

Johann Gustav Droysen foi sem dúvida um renomado especialista em história da Grécia Antiga e história da Prússia, contribuindo imensamente para a teoria da história. No entanto, grande parte de seu trabalho se baseia em um *providencialismo divino* como forma de explicação da história. Isso é compartilhado por Herder, e até mesmo Ranke em suas teorias, durante sua trajetória. Neste sentido, o tradicionalismo não se refere a mero reacionarismo nostálgico, ou tentativa de voltar atrás e anular a passagem do tempo, mas sim, considerar a consulta ao passado uma etapa necessária para qualquer desenvolvimento posterior. Neste sentido, o historicismo, é mais do que o esforço em emprestar um método para as ciências do espírito (dentre as quais a história), mas, sobretudo, a de lhes conferir autonomia.

Podemos citar claramente a influência de Hegel sobre Droysen, refletida claramente nas suas obras: a trilogia sobre a História do helenismo (publicadas entre 1833 e 1843); as Preleções sobre as guerras de libertação (1846); e a *Historik* (1857).

Destacando na obra a História do Helenismo, existe forte influência historicista e teológica sobre a mesma, elucidando por exemplo, a vida de Alexandre Magno, afirmando que “[...] a história só confere imortalidade àqueles que ela escolhe para fazer deles os pioneiros de suas vitórias e os artesãos de seu pensamento”, sugerindo então uma teodiceia. No entanto, esse conceito proveniente de Hegel não se trata de uma teoria irracional, pois, se for meramente um sentimento subjetivo, o conhecimento de Deus torna-se arbitrário e caprichoso. E isso ocorre quando se percebe que o conhecimento da teodiceia, segundo Hegel, assume a própria forma do movimento dialético: no cristianismo, Deus é revelado primeiramente como Espírito, como força abstrata, como uma força existente, mas ainda não consciente para os demais; em um segundo momento, este Espírito se torna carne, torna-se “objetivo”, o Pai se torna Filho; e a consciência desta objetivação de si no outro (Deus se revela em Cristo) é o Espírito Santo.

Segundo Parada (2013), a trilogia de Droysen elabora o conceito de helenismo, isto é, procura conferir dignidade e autonomia ao período helenístico, deixando de vê-lo como mera corrupção e decadência da época clássica. Como percebeu muito bem Arthur Assis, o helenismo “[...] representou para Droysen o período em que, pela primeira vez, surgiu uma civilização de escala mundial”, posto que, a partir das conquistas de Alexandre, os gregos perceberam que babilônicos, egípcios, persas e indianos eram mais do que bárbaros.

Já na obra *Guerras de libertação* (1846), Droysen elucida a história universal como uma evolução em direção a liberdade. Para tanto, ele cita as três principais revoluções, sendo elas a independência americana, a Revolução Francesa e a vitória prussiana sobre Napoleão.

Podemos citar então a obra de maior importância de Droysen: *Historik*. A *Historik* é, na verdade, a reunião de notas de curso ministrado pela primeira vez na Universidade de Iena, no semestre de verão de 1857. Nessa obra, Droysen elucida a necessidade de organizar as teorias dos principais pensadores da época, até então, sob o âmbito histórico. Na primeira parte da obra, a metodologia, Droysen estabelece fundamentos sólidos para o método histórico: a Heurística, a Crítica, a Interpretação e a Representação. Na segunda parte, a sistemática, Droysen estabelece as forças éticas da história, mas sem que, desta vez, elas se apresentem como um processo evolutivo. O que temos é quase uma antropologia universal, ou seja, um esquema em que as esferas da ação humana se mostram em relação constante.

Segundo Humboldt (2002):

Mal se obtém o esqueleto do dado através da crua triagem do que realmente aconteceu. O que se adquire através desta triagem é o fundamento necessário da história, seu material, mas nunca a própria história. (...) A verdade do acontecimento baseia-se na complementação a ser feita pelo historiador (...) à parte invisível do fato (HUMBOLDT, 2002, p. 80).

Surge então para Droysen um dos pontos altos da sua teoria: Ele dizia que a interpretação histórica se divide em quatro etapas (cf. DROYSEN, 2009, p. 54-59): (a) pragmática; (b) interpretação das condições; (c) psicológica; (d) interpretação das ideias.

Primeiramente, a interpretação pragmática refere-se ao sentido original da palavra grega “pragma”, ou seja, objeto. Neste sentido, a interpretação dos resíduos históricos que ainda restam no presente, resultará no conhecimento de uma verdade empírica. É necessária, então, a criação de um campo mais abrangente de fontes (o que chamamos de contexto) para abordarmos um aspecto altamente objetivo, factual e pontual.

Sequencialmente a primeira, surge a segunda etapa, a interpretação das condições, ou seja, dos fatores históricos existentes para que tal aspecto objetivo e factual adquira sentido. Tal interpretação deduz-se de uma verdade lógica, sendo aquela que busca identificar as determinações causais necessárias (mas muitas vezes insuficientes) para o entendimento de uma situação histórica. Droysen as relaciona no tempo e no espaço. No entanto, segundo Mauad, et al (2010), a história, por ser feita de ações humanas, não é uma coleção de reações a condições dadas. A ação do homem não é condicionada naturalmente e pode se dar de maneira distinta mesmo em situações semelhantes. Portanto, o historiador não é mero verificador de leis naturais, mas alguém que precisa compreender o sentido da ação em uma determinada condição necessária.

Surge então a terceira etapa, a interpretação psicológica, sendo esta uma tentativa de reconstruir as intenções dos agentes históricos em dadas circunstâncias que produziriam, então, uma verdade intersubjetiva, baseada nas ações humanas. Geralmente, considera-se esta a etapa final da interpretação hermenêutica, ou seja, a reconstrução de intenções dos agentes, possibilitada pela empatia intersubjetiva. No entanto, segundo o autor, parte do pressuposto de que o objeto tinha perfeita lucidez do que estava fazendo, e não tinha a menor possibilidade de se iludir, e de que o objeto manteve-se o mesmo durante grande parte de sua vida historicamente significativa, de modo que posso tomar uma biografia como base segura, estável e essencial para interpretar.

Surge então a última etapa, a interpretação das ideias, ou seja, o sentido mais profundo que está em curso a partir das ações dos agentes históricos.

Continuando com o contexto Interpretativo, segundo Parada (2013), Compreender é uma palavra decisiva para o pensamento de Droysen, a partir da qual ele pretende, em primeiro lugar, fazer da história não só uma ciência autônoma, mas uma ciência integrativa, ou seja, uma ciência menos preocupada em se especializar tematicamente, e mais interessada em fornecer uma compreensão ampla de todas as dimensões da vida humana. A ciência histórica, em Droysen, não pretende apenas adquirir seu lugar ao sol: pretende ser o próprio sol; não tem a intenção de se diferenciar das demais formas de conhecimento, mas, sobretudo, de articulá-las. A compreensão é uma via de mão dupla: ela é uma forma de pensar a totalidade da vida humana, mas também um caminho para a autonomia.

Segundo o autor, temos assim, a interpretação das ideias, o nível mais sofisticado de compreensão. Nela, o historiador, segundo Droysen, será capaz de reconstruir um processo histórico no qual o sentido não está dado para a consciência dos agentes. Sendo assim, este passa a ser o momento em que se pode falar de uma verdade ideal. Podemos usar um exemplo da própria obra de Droysen, a saber, o caso de Alexandre Magno: ao unir Ocidente e Oriente, de modo algum ele poderia imaginar que estava preparando o terreno para o cristianismo, religião originalmente oriental que se tornou ocidental. Ou posso ainda dar outros exemplos: nenhum documento colonial se proclama a favor do “homem cordial”, conceito de Sérgio Buarque de Holanda; muito menos qualquer oficial do Terceiro Reich se proclamou um defensor de uma “concepção banal do mal”; este é um conceito de Hannah Arendt, que o percebeu por detrás das intenções de Eichmann, como um elemento identificável somente no processo e que não pode ser obtido mediante a percepção de um padrão, a fixação de uma lei e a reconstrução de uma intenção.

Pode-se dizer, então, que, para Droysen, é impossível deixar de interpretar. Mesmo quando o historiador tenta simplesmente saber quem escreveu algum documento, ou reconstruir seus fragmentos, ele já precisa fazer comparações etc. Mas veja bem: Droysen aplica tal metodologia para interpretar o passado, mas não um passado puro. É o passado que dá ao presente uma profundidade histórica, retirando os homens de sua vida imediata, corriqueira, óbvia.

Segundo Mauad, et al (2010), a tentativa de Droysen consiste, logicamente, em fazer da história uma ciência diferente das ciências exatas e naturais – ao menos como elas eram feitas desde Newton até o final do século XIX. Um cientista natural deve explicar a regularidade dos fenômenos e expressá-los sob forma de leis universais. Uma lei da física descoberta por um pesquisador inglês não pode ser diferente se for observada por um brasileiro,

por exemplo. Ou seja: o cientista se define pelo método correto que segue e pela exatidão dos resultados que produz, e não pela sua subjetividade, como quer demonstrar Droysen.

É por esta razão que Droysen dirá que o historiador precisa ter coragem para reconhecer suas limitações – culturais, nacionais, religiosas – em vez de tentar se livrar delas e se tornar uma figura neutra: “A imparcialidade objetiva é desumana (...) é muito mais humano ser parcial” (DROYSEN, 1977, p. 226).

Sendo assim, o historicismo de Droysen assume radicalmente a postura perspectivista, sem a qual nenhum método histórico é possível. A História não se transforma em conhecimento pela descoberta de leis, mas pela percepção subjetiva do desenvolvimento de uma ideia.

Já analisando a vida de Leopold von Ranke, foi um dos principais nomes do historicismo. Sendo que o seu legado permanecem envoltos em disputas, críticas e releituras até os dias de hoje. Ranke viveu muitos anos, e nessa longa jornada acompanhou de perto grandes acontecimentos na Europa do século XIX: como os efeitos das ações de Napoleão Bonaparte, viveu o Congresso de Viena e acompanhou a constituição do Império Alemão.

Neto de família de pastores luteranos, já aos 11 anos, Ranke entra na escola do mosteiro de Donndorf e lê com afinco os livros históricos do Antigo Testamento, além de se dedicar sobretudo à tradução do grego. De presente para o pai, traduz Electra; inspirado no ritmo impresso por Friedrich Schiller aos versos de A noiva de Messina, traduz as falas do coro de Filoctetes. Segundo Parada (2013), Iopstock, Johann Gottlieb Fichte e Friedrich Nietzsche. Nessa época, o jovem Leopold se ocupa tanto com o problema da unidade da tragédia nos textos de Eurípides¹¹⁰, quanto mais diretamente com questões de estética literária, tendo em vista a ideia de que “toda poesia tem que ser uma representação dos homens”¹¹¹. Sua carreira nas letras prossegue nos cursos de teologia e filologia clássica que passa a frequentar na Universidade de Leipzig. Os novos alunos recebem a recomendação de assistir às preleções introdutórias sobre a história. Desde o século XVIII, os cursos de história geral ou história universal eram vistos, no contexto universitário alemão, como uma introdução desejável à cultura letrada.

Analisando sob uma perspectiva mais histórica, Parada (2013), menciona que no contexto da Sociedade de estudos gregos, Ranke conhece Ernst Friedrich Poppo, ex- aluno de Gottfried Hermann em Leipzig. Poppo era diretor do Friedericianum, escola ginásial que passa a receber atenção especial do governo prussiano em função da reorganização da cena acadêmica alemã no começo do século XIX. Com as reformas promovidas nas instituições de ensino, a universidade de Frankfurt an der Oder é fechada, motivo pelo qual a escola de Poppo ganha importância regional. Ainda em Leipzig, Ranke recebe o convite para ensinar no

Friedericianum, onde permanece entre os anos de 1818 e 1825, e se dedica principalmente às aulas de grego, além de ministrar cursos de latim, alemão e história. Os alunos do ginásio dirigido por Poppo frequentavam 30 horas de aula semanais, sendo mais da metade delas dedicada às línguas clássicas. O conceito de formação humanística em voga na Prússia do século XIX reforçava a importância do estudo da cultura greco-latina, de tal forma que as quatro disciplinas pelas quais Ranke era responsável em Frankfurt an der Oder eram vistas como a base da formação moral da cultura letrada. No seu primeiro semestre como professor ginásial, Ranke se dedica à “história dos povos orientais e dos gregos”, à “história universal do mundo antigo” e à “história alemã”. Sobre sua nova ocupação, assevera o professor: “Na verdade, tratava-se da continuação dos meus anos de estudante [universitário], só que com a obrigação de ensinar”

Segundo Mauad (2013), Ranke talvez seja um dos historiadores mais citados, menos lidos e mais “ofendidos” da história da historiografia – e, muitas vezes, injustamente. Seu nome é confundido com uma forma bastante rudimentar de se entender história, em que o historiador nada faria além de copiar para os seus textos o que encontra nos documentos, sem nenhuma margem para interpretação

Apesar do período em que lecionara em Frankfurt an der Oder revelando a tentação de compor uma narrativa ficcional sobre o mundo grego, os esforços de Ranke se voltam mesmo para as Histórias dos povos latinos e germânicos entre os anos de 1494 e 1514, tema de sua primeira publicação. A obra impressa em 1824 é marcada pela busca da unidade sistemática entre os elementos narrados. A perspectiva com a qual ele trabalha nesse primeiro livro é a de que os povos latinos e germânicos “aparecem” como uma unidade. Não se trata, todavia, de uma unidade dada pelo cristianismo, ou mesmo pelos limites territoriais do continente europeu; mas sim de uma unidade justificada pelo sistema estabelecido entre os Estados, segundo o qual os mais diversos povos se encontram em conexão com os povos latinos e germânicos. Ainda que o plural presente no título da obra revele certo grau de dificuldade em apresentar tal unidade sistemática, os motivos de que Ranke se vale para traçar a origem da conexão entre os acontecimentos históricos já eram bastante conhecidos na historiografia do século XVIII: as ondas migratórias – ou invasões bárbaras – ocorridas ao longo do primeiro milênio da Era Cristã na Europa central, as Cruzadas e a empresa de colonização do Novo Mundo.

Observamos que as ideias de Ranke elucidam uma história que busca compreender o movimento entre uma História nacionalista e a particularidade dos contextos políticos. O que nos remete a outro ponto importante da sua contribuição: a ideia de que o historiador deve

compreender histórias particulares não somente a história local, mas frente à uma história universal.

Importa esclarecer que não se trata de apresentar a totalidade dos acontecimentos históricos. Para sair desse impasse, a impossibilidade de abarcar todos os acontecimentos e não permitir que o peculiar deixe de resvalar em algo maior, Ranke propõe buscar a forma de conexão entre os múltiplos detalhes com o todo: “A principal tarefa da História universal é apresentar o surgimento do espírito que paira sobre todas as nações e sua relação com elas”. (ARAÚJO, 2013, p. 84).

“o que compreende esse espírito, de acordo com o historiador, não é isoladamente a cultura a ciência ou o Estado, mas o conjunto de todos os elementos que se manifestam nas nações historicamente concretas, e não no pensamento abstrato”. (ARAÚJO, 2013, p. 80).

Ainda que Ranke tenha procurado se distanciar das formulações próprias à filosofia idealista e suas reflexões sobre a história universal evitem adotar uma postura teleológica, a dinâmica expansionista do “espírito que paira sobre todas as nações” aproxima essas duas perspectivas. [...] uma preocupação constante em sua obra não poderia deixar de ser, portanto, o “surgimento e a formação do sistema de Estados europeus entre os séculos XV e XVIII, mesmo que o historiador se volte apenas – e individualmente – para as particularidades históricas das grandes potências desse sistema”. (ARAÚJO, 2013, p. 85).

Nessa época, os historiadores iluministas se ocupavam com novas edições críticas e filologicamente apuradas de documentos fundamentais para a pesquisa histórica. Com Ranke, no entanto, essa preocupação se consolida como uma “exigência metódica fundamental” do trabalho do historiador. Assim, o método da pesquisa coincide com a análise filológica das fontes primárias, em função da qual se pode fazer referência ao passado tal como ele realmente aconteceu. Nesse caso, o termo realmente se opõe à inautenticidade dos documentos e às incoerências e contradições presentes em um determinado conjunto de fontes primárias, característica do historicismo.

Quando se lê com atenção, percebe-se que Ranke não abre mão da unidade e da explicação de algo que ultrapasse os fatos. Ao contrário do que geralmente se afirma, para Ranke, narrar os fatos é apenas a primeira etapa, e não o objetivo final da história. Uma outra prova se encontra no prefácio a História da Inglaterra, escrito em 1859. Nele, Ranke afirma pretender “como que se apagar nos seus escritos, para só poderem falar aquelas poderosas forças que, ao longo dos séculos, ora se unem, ora se misturam (...)” (apud HOLANDA, 1979, p. 14).

Nesse contexto, Georg Iggers elucida o termo *eigentlich*, em relação a frase publicada em 1824 – no qual seria melhor traduzido por essencialmente. Tal tradução corresponde com mais fidelidade às ideias filosóficas de Ranke, voltadas para a ênfase nos elementos essenciais frente à massa desordenada de eventos históricos. Sendo assim, Ranke evidenciara que o propósito principal de seu texto era mesmo apreender as histórias dos povos latinos e germânicos em sua unidade, em conexão, motivo pelo qual nem todos os acontecimentos históricos têm o mesmo potencial explicativo, nem todas as histórias lhe parecem essenciais. Essa leitura da obra de Ranke reforça a importância de seu pensamento histórico-universal, algo que vem a ser uma preocupação teórica constante nos cursos que passa a ministrar a partir do semestre imediatamente posterior à publicação das Histórias dos povos latinos e germânicos.

Sendo assim, segundo Iggers (1995), partilhando a visão [hegeliana](#) de que existia uma coerência escondida por trás do mundo dos fenômenos, Ranke não deixou de criticar a abordagem filosófica da história proposta por Hegel, argumentando que a abordagem filosófica sacrificava as qualidades únicas do mundo histórico em prol de um sistema redutor da realidade. Em contrapartida, com a abordagem histórica seria possível adquirir uma compreensão do geral por meio da imersão no particular.

Não obstante as fortes críticas feitas a Hegel por alguns historicistas, é a partir de seu sistema filosófico que a noção da história como ciência do espírito ganha força. Apesar do caráter racional da filosofia hegeliana, esta possuiu base e fundamentação teológica, estimulando o surgimento do historicismo alemão e o progressivo despertar de um interesse empírico pela história (CAMPOS, 2011).

A visão histórica do historicismo, então, se dá como desenvolvimento e como providência. Em ambas, uma coisa em comum: o historicismo, nesse caso, exige do historiador uma percepção do tempo que ultrapasse sua época e seu lugar. Ao ver um fato, é importante perceber como ele sintetizou o que estaria separado sem 157 Aula 7 – Historicismo e positivismo ele (Dilthey), e, também, é fundamental que se olhe para o fato de um ponto de vista divino, ou seja, como uma visão que o observa para além de sua vida biológica.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Hegel marca de forma clara o pensamento histórico alemão do século XIX, apesar de ter sido criticado por Von Ranke. Sua principal influência, porém, é sobre o pensamento de Karl Marx, devido a leitura de vários textos foi possível ter uma contraposição entre os autores.

O historicismo é utilizado em diferentes áreas de estudo, como a filosofia, antropologia e teologia, e em cada um desses campos, ele apresenta algumas diferenças na linha de pensamento, por isso ele pode ser compreendido de maneiras distintas, dependendo praticamente de qual corrente teórica que a utiliza, isso dificulta a construção de um referencial padrão.

Fatos históricos, culturais, sociais e os fatos naturais são bem diferentes, portanto as ciências que estudam os fatos históricos e culturais são extremamente diferentes das que estudam os fatos naturais, exigindo do historiador uma percepção do tempo que ultrapasse sua época e seu lugar.

4. REFÊNCIAS DOCUMENTAIS E BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, André de Melo. “**Ranke**”. In. PARADA, Maurício. (org) **Os historiadores clássicos da história**. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

Campos, Daniel Vasconcelos (2011). [**O Historicismo em Max Weber**](#). *Perspectivas*. 40: 147-175

DROYSEN, Johann Gustav. **Historik**. Stuttgart; Bad-Canstatt: Fromann-Holzboog, 1977.

DROYSEN, Johann Gustav. **Manual de Teoria da História**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

GAILO, G.G.G. **A tarefa do Historiador no alvorecer do Historicismo**. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp050386.pdf>. Acesso em: 04/04/2021.

Iggers, Georg G. (1995). **Historicism**: The History and Meaning of the Term. *Journal of the History of Ideas*. 56 (1): 129-152

LINHARES, J.M. QUEIROZ, P.R.C. **Teorias da História**. <https://md.uninta.edu.br/geral/teorias-da-historia-i/pdf/teoria-historia-i.pdf>. Disponível em: <https://md.uninta.edu.br/geral/teorias-da-historia-i/pdf/teoria-historia-i.pdf>. Acesso em: 04/04/2021.

MAUAD, A. et al. **Teoria da História**. Disponível em: <https://canal.cecierj.edu.br/012016/ff75afc4f42b1bacbffa1576d6834ce6.pdf>. Acesso em: 04/04/2021.

PARADA, M. **Os historiadores clássicos da história**. Vol.2. Editora PUC RIO. 199 Páginas.